

(10)

PATRIMÔNIO CORRE PERIGO

Decorrido um mês do incêndio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis, a igreja mais antiga no Planalto Central, a segunda igreja originada do Ciclo do Ouro - a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Luziânia - corre o mesmo perigo.

Assim como em Pirenópolis, a guarnição do Corpo de Bombeiros de Luziânia está despreparada para debelar um incêndio que venha a ocorrer neste importante monumento religioso e arquitetônico, eis que não existem - assim como aconteceu em Pirenópolis - equipamentos adequados e tanques com água em quantidade para eliminar focos de incêndio em uma estrutura que predomina a madeira.

O Governo de Goiás deve prevenir-se para resguardá-la e requerer à 14ª Superintendência Regional do IPHAN para promover o seu tombamento como Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Brasil, resgatando assim uma omissão imperdoável, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O PATRIMÔNIO

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Pirenópolis teve o início de sua construção em 1728 e foi inaugurada em 1732, já a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Luziânia teve o início de sua construção no dia 4 de fevereiro de 1760 e a sua inauguração oficial no dia 21 de outubro de 1763, portanto há 239 anos.

Segundo o historiador Gelmires Reis "quatrocentos homens pretos, livres e escravos se congregaram, sob a supervisão do competente padre Jerônimo Moreira de Carvalho, para construírem a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Para conseguirem o elevado desiderato, pediram a contribuição dos habitantes do nascente povoado de Santa Luzia, conseguindo algum recurso animador, em oitavas de ouro".

Da obra original dirigida pelo mestre de obras João Duarte houve até hoje apenas uma modificação em seu projeto original. Em 1934 - segundo ainda o relato de Gelmires Reis o frei dominicano Gabriel Maria de Meneses fez "algumas amputações nos fundos da nave, sacristia e torre para garantir a sua conservação que ameaçava ruir".

Em 1999 o Governo de Goiás promoveu uma restauração diante de uma campanha que envolveu todos os segmentos sociais de Luziânia, face a interdição que poderia ocorrer pela Prelazia de Anápolis.

RIQUEZA

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Luziânia está erigida no Morro do Rosário, onde em 1748 a bandeira de Antonio Bueno iniciou a mineração das minas de ouro de Santa Luzia.

O principal veio de ouro segundo Gelmires Reis, está no morro onde se construiu a igreja. Na década de 80, pouco antes da morte de Gelmires Reis, uma companhia inglesa propôs congelar todo o terreno em volta da igreja e transportá-la para outro local, afim de que pudesse ser extraído o ouro em todo o Morro do Rosário.

Das catas na sua proximidade extraíram-se milhares de arrobas de ouro, chegando a opulência a tal ponto que os mineradores fizeram um cacho de bananas de ouro e enviaram para a Rainha Maria I de Portugal, a Rainha Louca, mãe de Dom João VI, como presente.

HISTÓRIA

No próximo dia 30 de outubro completam-se 141 anos da única execução oficial por enforcamento no Planalto Central, sendo réu o lavrador José Pereira de Souza, que está enterrado na campa nº 9 da Igreja do Rosário de Luziânia, como era o costume na época.

José Pereira de Souza, aguardou preso durante seis anos, na esperança que o Imperador Pedro II comutasse a sua pena de morte por enforcamento, o que foi feito apenas para Maria Nicácia, que junto com ele assassinou o marido, para viverem juntos.

Os autos do processo que condenou José Pereira à forca e Maria Nicácia à "galés perpétuas" (prisão perpétua) se perderam pela falta de critérios históricos da justiça e do governo goiano.

Essa falta de critérios históricos já fora objeto de Americano do Brasil no início do Século XX, quando pesquisava para escrever "As Súmulas da História de Goiás". Conta Americano do Brasil que certa noite, como fazia muito frio, o delegado mandou que os praças acendessem uma fogueira com os processos já velhos e centenários de uma cadeia pública na então Província de Goiás.

O ENFORCAMENTO

Em 1861 comandava a Guarda Nacional em Santa Luzia (hoje Luziânia) o coronel José da Costa Meireles, sendo vigário da paróquia o Padre José Bueno, que confessou e deu comunhão a José Pereira de Souza.

Ao contrário da execução de Tiradentes, José Pereira de Souza não desfilou com o baraço no pescoço, já que o patíbulo fora construído com a corda da forca fixada na trave.

A execução da pena, segundo a lei imperial, obrigava a que toda a população assistisse ao enforcamento, não poupando nem as crianças.

Assim que o padre José Bueno - após confessar e dar comunhão - iniciou o credo, o carrasco Sací ficou a postos e, no momento em que o vigário pronunciou "vida eterna", empurrou o corpo do condenado, que balançou no ar, debaixo da trave, ao mesmo tempo em que lhe pulava, na nuca, para com seu peso, apressar a morte.

Estava cumprida a sentença, exatamente às 13 horas do dia 30 de outubro de 1861. José de Souza foi enterrado na Campa nº 9, às 15 horas do mesmo dia, e no dia seguinte o patíbulo não mais existia conforme as leis do Império de Pedro II.

Jarbas Silva Marques
Professor, Jornalista, membro do Instituto
Histórico e Geográfico do Distrito Federal e
Diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e
Artístico do Distrito Federal-DePHA